

T I M O R - L E S T E

NOTA PARA COMUNICACAO SOCIAL PORTUGUESA

1. Depois de iniciativas e de intervenções individuais de parlamentares, ou de grupo, sobre a situação em Timor-Leste foi decidido criar um Inter-Grupo, e representantes dos partidos políticos portugueses com assento no Parlamento Europeu começaram a reunir regularmente, no segundo semestre de 1991, tendo-se constituído em Comissao Organizadora.

2. Num programa de iniciativas que essa C.O. do Inter-Grupo aprovou na sua reuniao de 23 de Outubro de 1991, foi resolvido realizar uma reuniao durante as sessões plenárias do PE, para ela convidando alguém capaz de informar e/ou promover esclarecimento.

3. Para a primeira dessas reunioes, a realizar em Novembro, foi decidido convidar o jornalista Mário Robalo; entretanto, o massacre do cemitério de Santa Cruz veio dar ainda maior pertinência a tal iniciativa, e a Mário Robalo juntaram-se dois jornalistas estrangeiros, que tinham assistido aos acontecimentos, e o dr. Ramos Horta, representante da resistência do povo maubere.

4. Nesse mês, com esses convidados, foi possível, para além da reuniao, promover uma série de contactos e uma conferência de imprensa, acções que nao teriam sido indiferentes para a tomada de posição que, então, o plenário tomou, com a adopção de uma resolução de clara condenação do atentado aos direitos humanos, enquadrando- na violação do direito internacional e do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, e avançando com decisees e propostas da maior relevância.

5. No mês de Dezembro, o convidado foi o comissário vice-presidente Matutes, com quem foi debatida a posição da Comissao, confrontando-se a atitude de expectativa relativamente ao inquérito e as propostas de posição activa por parte do PE, ou o mandato do Conselho Europeu de 3 de Dezembro para acções concretas.

6. Durante o mês de Janeiro nao se realizou a reuniao programada, por o Ministro dos Negócios Estrangeiros português nao teria podido encontrar disponibilidade de tempo dada a sua ocupação como Presidente do Conselho.

7. No entanto, o mês de Janeiro foi de larga actividade para a C.O. do Inter-Grupo, tendo sido recebida, nessa qualidade, pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia da República, pela Comissao para Timor-Leste da A.R., por um



representante do episcopado português, pelo secretário-geral adjunto do PCP e presidente do seu Grupo Parlamentar, pelo presidente (em exercício) do Conselho Directivo do CDS, e pelo Primeiro Ministro, também na sua qualidade de presidente do PSD.

8.1. Neste mês de Fevereiro, para a reunião da semana de plenário, reiterou-se o convite ao MNE, que não teve possibilidade de responder, e fez-se um convite, por carta, ao Embaixador da Indonésia junto das Comunidades, que aceitou ficando de se acertar a data.

8.2. Foram tomadas iniciativas no sentido de uma melhor informação sobre a preparação da visita do PE à Indonésia e a Timor-Leste na sequência da resolução aprovada em Novembro último, e para tanto realizaram-se reuniões com os vice-presidentes portugueses do PE e com quadros do MNE.

8.3. Foi também decidido realizar uma reunião de trabalho com o presidente da sub-comissão dos direitos do homem, com vista à escolha das personalidades a convidar para serem ouvidas na audição sobre os direitos humanos na Indonésia, a realizar em Bruxelas.

8.4. Por outro lado, ainda no mês de Fevereiro, vai aprovar-se a declaração de princípios do Inter Grupo e, com base nessa declaração de princípios, fazer contactos para adesões ao Inter-Grupo e escolha do presidente e "bureau".

9. Foi também decidido promover contactos com outras entidades que estejam agindo relativamente à situação em Timor-Leste, no sentido de uma conhecimento mútuo de actividades e iniciativas, e de uma coordenação mínima de acções, sem prejuízo das autonomias a preservar.

O deputado em exercício de coordenação

Estrasburgo, 10 de Fevereiro de 1992